

Volta à normalidade, se o déficit for cortado

8861
23 FEB 62
P.4Luis Eulalio de Bueno
Vidigal Filho (*)

Depois de alguns meses de descompasso, vivenciando expectativas criadas por planos abruptos e ideias que primaram, sobretudo, por falta de consistência, os empresários passaram a respirar esperançosos, apesar de não muito aliviados. Esperanças por constatarem a volta do bom senso em matéria de política econômica, traduzida pela nova linguagem do governo em devolver a economia ao jogo das forças reguladoras do mercado.

Os princípios e as metas anunciadas pelo ministro Mailson Ferreira da Nobrega, consubstanciadas na redução do déficit público para o nível de 3% do PIB, neste ano, e 2,5% para o próximo ano, a execução de um orçamento unificado, o rigoroso controle das despesas e a manifesta intenção de diminuir os des-



vios da poupança interna para saldar os compromissos financeiros das dívidas interna e externa, constituem a essência de um programa que, a médio prazo, pode reverter a situação de descalabro em que se encontra o País.

Para que tudo funcione a contento, porém, será necessário ao governo muito mais que boas intenções e medidas paliativas. Será preciso, antes de mais nada, coragem política, que, diga-se, está começando a aparecer. Basta ver a disposição de voltar a negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI), as conversações mais realistas com os banqueiros internacionais e, no plano interno, a revisão da Lei de Informática, guiada pelo extraordinário bom senso da maioria dos membros do Conselho Nacional de Informática e Automação (Conin), evitando a escalada das retaliações norte-americanas.

Se os passos recentes do governo primam pela lógica, permitindo uma visão clara de cenários imediatos, alguns indicadores arrefecem nossas esperan-

ças, a começar pelas indefinições no campo político. Para conseguir os cinco anos de mandato e a adoção do regime presidencialista, continuará o governo a demonstrar a necessária coragem para não subordinar as decisões de natureza econômica ao crivo das pressões e contrapressões? Os governadores terão suficiente sensibilidade política para a compreensão da gravidade em que vivemos, evitando o contrassenso de, com suas reivindicações, quebrar a espinha dorsal da política do "feijão com arroz" do ministro Mailson?

O desenvolvimento equilibrado da economia estará, portanto, na dependência dos fatores políticos. Se o governo não cumprir rigidamente sua carta de intenções, será muito difícil retomarmos o nível de investimentos, elevando-o dos atuais 16% do PIB para a casa dos 20%, que é o índice que poderia viabilizar a desejada meta de crescimento anual em torno de 5%. Ao governo, portanto, cabe a iniciativa de resguardar a credibilidade e a transparência necessá-

rias ao bom desempenho da economia.

Preservadas as condições para o controle do déficit público, creio que a tendência é de paulatina normalização das atividades econômicas, sendo perfeitamente possível convertermos com uma inflação em torno de 16%. Com as regras do jogo definidas e conhecidas, sem mudanças intempestivas, podem-se planejar negócios, ajustar metas e até garantir os atuais mecanismos de reajuste salarial. A respeito da Unidade de Referência de Preços (URP), não considero oportuna sua substituição, até porque sua extinção deveria ser compensada por outro mecanismo e, nesse ponto, as coisas poderiam novamente complicar-se.

O controle de preços, por seu lado, passa a ser desnecessário. Os chamados "acordos de cavalheiros", que foram anunciados como forma de compromisso mútuo entre governo e empresários para controlar preços, provocam mais estardalhaço e pressão lobista do que resultados positivos.

É bem mais lógico que os empresários, oferecendo apoio substantivo às intenções do governo, se manifestem vigorosamente em favor dos atuais rumos que se pretende dar à economia. Esse apoio certamente será necessário para que o governo se sinta encorajado a continuar em sua linha dura contra o déficit público, servindo, também, de contraponto às pressões políticas, tendentes à abertura das torneiras do Tesouro.

No plano de contenção de preços, os empresários devem tomar a iniciativa de fazer um repasse rigorosamente adequado e controlado dos acréscimos de custos aos preços, a fim de poderem segurar, na ponta do sistema produtivo, a cadeia indutiva do processo inflacionário.

Com essas posições, será possível administrar com razoável grau de eficácia a turbulência que se projeta sobre nosso futuro próximo.

(*) Vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e vice-presidente da Cobrasma.